

Memorial

Introdução:

Início este memorial anunciando em relação a este certame, as minhas surpresas e expectativas.



Afinal de contas, quantas pessoas em suas vidas profissionais podem ostentar a condição de se ocuparem ao mesmo tempo do que acreditam, do que gostam e do que acham que é necessário? A grande maioria de nós, ao sabor das contingências limitantes da existência social, nos contentamos sob o império do dever do trabalho, em fazermos o que é necessário e obrigatório, dissociado do prazer de se fazer aquilo de que se gosta e, eventualmente, impossibilitados de fazermos aquilo em que acreditamos politicamente.

A escolha pela Psicologia no interior das Ciências Humanas talvez tenha reforçado para mim, essa tensa condição que opõe historicamente ciência e política. Afinal, dentre todas as Humanidades, talvez poucas delas tenham sentido, tal qual se colocou para a Psicologia em seu caminho de auto-afirmação como merecedora do mérito científico, tão radical necessidade de exorcizar de sua companhia e do seu objeto, todos os resquícios sócio-históricos, ao se jogar nos braços do experimentalismo e do positivismo científico. Não bastasse isso, o clima particular do seu desenvolvimento institucional no Brasil, enquanto profissão universitária, ao se forjar no contexto obscurantista da vida acadêmica durante a ditadura militar, certamente aprofundou essas tendências de uma neutralidade científica obtusa, na qual o viés do individualismo burguês pode medrar sem limites.

Para os que fazem da política uma escolha; para os que se esforçam para compreender os complexos nexos políticos envolvidos na produção da realidade da vida humana no espaço social, cumpre-se o ônus de um exercício contra hegemônico, minoritário e tantas

vezes discriminado. Para os que são inconformados com o caráter injusto das relações socialmente estabelecidas e se insubordinam contra os poderes que as sustentam, resta o caminho da militância. Quando estas duas condições se superpõem talvez estejamos diante do intelectual orgânico, como uma identidade para a qual a produção do conhecimento deve estar a serviço dos processos de emancipação social.



Tenho a expectativa de demonstrar através deste memorial, que a minha trajetória pessoal e profissional encontra-se profundamente vinculada a uma identidade e a uma práxis militante das causas da cidadania, da democracia, das políticas públicas e dos direitos humanos. Evidenciar que nos últimos trinta anos da minha vida, desde a minha assunção aos 18 anos da condição de adulto auto-responsável pelas suas escolhas, as minhas opções sempre estiveram vinculadas, ininterruptamente à participação e promoção dos espaços coletivos de intervenção política, num compromisso com a produção das necessárias transformações da sociedade brasileira em direção da construção de uma vida mais justa e verdadeira. Tornar patente a minha escolha por uma atuação profissional profundamente enraizada e exclusivamente exercitada no âmbito do setor público, seja como professor, como psicólogo ou como pesquisador.

Traduzir o fato de que, na condição de militante destas causas sempre busquei a minha qualificação intelectual, formal e informal, como condição de uma permanente superação autocrítica do meu próprio agir político. E que, nesse caminho, tenho podido contribuir, nos campos teóricos e científicos relacionados com essas causas, com a produção e difusão de algumas reflexões seja na minha condição de docente, conferencista, organizador de eventos, organizador de publicações, autor de artigos. Sei que nem sempre este tipo de produção heterodoxa ou o “conjunto da obra” estiveram em condições de ser adequadamente recepcionada, reconhecida e avaliada pelos cânones tradicionais que classificam as produções docentes.

Sei que a essa altura da minha vida já não cabe nem a arrogância nem a falsa modéstia. O que me permite afirmar que efetivamente acumulei intensas experiências organizativas da ação política, habilidades analíticas e de formulação estratégica nos domínios teóricos e técnicos, em relação aos quais eu me aproximei. O caráter bem sucedido de vários dos meus projetos que articulam militância política e produção de conhecimento fala por si próprio: a práxis é critério de verdade.

Aprendi com Honoré de Balzac que “a elegância consiste em se fazer parecido com aquilo que se é”.

Quem sou eu: algo dos antecedentes biográficos, estrito senso

*Como compreender em nossas biografias pessoais a presença de certos traços, de certos aspectos tão marcantes, que, tais como condenação nos guiou por nossas escolhas e que hoje se revelam tão potentes, tão fortes e definitivas? Qual seria a origem destes interesses que se estabeleceram esse tipo de trajetória? **“Tenho cultivado como crença intelectual, desde uma perspectiva sócia histórica da subjetividade, que não existe ‘humano’ que não tenha sido forjado na história, na cultura e na sociedade.***

Ainda nos dias de hoje tenho que responder por uma identidade “militante” a partir de um projeto que foi se construindo ao longo de minha experiência, o de ser um “intelectual engajado”, numa tradição que depois aprendi, derivava de Emile Zola, com seu manifesto “J’accuse!”, mas que passou também pelo fascínio exercido por personagens como Jean Paul Sartre – por seu engajamento, menos do que pela sua filosofia ou sua filiação ao PCF – Louis Althusser e que encontrou em Foucault a mais importante referencia no uso do pensamento como recursos para a ação política. Cotejadas com as minhas origens sociais essas pretensões talvez não estivessem imediatamente dadas no meu horizonte!

Nasci em 1957, em plena vigência do desenvolvimentismo de JK, numa pequena e pacata cidade de Minas Gerais - Sete Lagoas - portal do grande sertão e veredas do Guimarães Rosa. Cidadezinha tornada historicamente mais próxima, central e moderna, pela construção em 1900, da novíssima capital mineira, Belo Horizonte, a apenas 70 km dali, onde dantes dormitavam as águas calmas e paradas das lagoas, conquistadas aos índios, pouso de tropeiros e lugar de alguma agricultura. Agraciada com os caminhos de ferro, posto avançado do Trem do Sertão que ligava a capital ao norte e nordeste, via o São Francisco, essa cidade e seus filhos receberam assim,

influxos modernizadores do comércio, da indústria ferroviária que ali instalou oficinas de manutenção e depois nos anos sessenta, do intenso tráfego do eixo rodoviário de integração com o oeste, passagem obrigatória para os construtores de Brasília.

Assim sendo, sou pelo lado materno, neto de um operário ferroviário da Central do Brasil, homem urbano e cordato, de saúde débil, a quem não conheci. Da avó materna, registra-se o feito de, apesar da limitada escolaridade, ter ensinado como professora primária em sua mocidade e completamente conquistada pelo espírito das luzes, ser ardorosa valorizadora dos livros e da leitura como recurso para a conquista do mundo, da cultura como patrimônio para a independência do pensamento.

De confissão espírita – segundo ela religião cientificamente orientada - mentora religiosa da sua família em uma comunidade tradicionalmente e poderosamente católica, depreende-se disso uma curiosa condição de autonomia e disposição para uma auto-afirmação social em condição divergente.

A minha mãe, dentre os seus filhos foi a que melhor encarnou essas expectativas maternas e logrou - coisa rara para a família operária e pobre da qual ela derivava - concluir com louvor um curso de nível colegial, com formação em técnica em contabilidade. Reconhecida como muito inteligente culta e esforçada em relação ao seu meio, ela, apesar da origem humilde, pode passar, alguns anos depois, do exercício da mera função de técnica de contabilidade no comércio local - após um significativo estágio na condição de mulher do lar, companheira das lides rurais em que o casamento a envolveram - para uma posição de trabalhadora intelectual, professora de língua portuguesa e francesa, das principais escolas particulares da cidade.

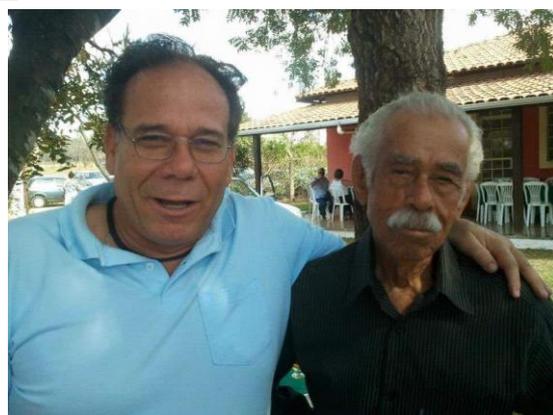
Pelo lado paterno sou neto de mulato comerciante de animais, pequeno proprietário rural tradicional e de uma mulher muito simples, do lar, mameluca, ambos praticamente sem nenhuma escolarização, ele com seu jeito rude sertanejo, suas crenças e religiosidade popular, sua ética da responsabilidade como base do seu reconhecimento social por parte da sua comunidade, servidor dos chefes políticos locais e fama de ser homem valente, capaz de ignorâncias se atingido em seus brios.

Homem duro com seus filhos, espécie de pai patrão que não admitia questionamentos a sua autoridade, submeteu o meu pai às durezas do trabalho rural, aos valores da honra e da honestidade, o que não impediu que o meu pai cultivasse uma curiosa altivez e condição de independência, buscando a sua auto afirmação social e conquistado algum prestígio social como jogador de futebol profissional de um clube local. Dessa condição pode, apesar de Antônio, conquistar o seu apelido de Wallace, que anos mais tarde na condição de chefe político local, presidente do PMDB, anexou como um sobrenome oficial, auto conquistado como seu nome próprio. Açougueiro, comerciante de animais, como o pai, chegou à condição de médio fazendeiro, pecuarista, com reconhecimento dos seus pares como diretor comercial da cooperativa rural local.

Neste contexto, posso imaginar que meus pais representam bem os esforços de ascensão social, próprios de tantas famílias brasileiros, na transição deste Brasil rural para um Brasil urbano. Expressão das profundas transformações sociais pelas quais este país passou naqueles anos do pós-guerra, de profundas alterações das dinâmicas valorativas da comunidade, onde mais do que a mera busca da ascensão econômica, a busca do capital cultural torna-se sinal de distinção social.



Ambos de origens humildes, a minha mãe era a mulher branca e culta e o meu pai o mulato famoso por seu desempenho futebolístico e em sua junção afirmava-se uma busca permanente de um lugar ao sol junto a uma restrita classe media que era a elite da cidade.



Comum a ambos destacava-se algo de uma competência expressiva - ela como derivação dos seus estudos, ele como expressão da sabedoria das ruas, triunfante em sua condição mulata ao conquistar a branca letrada, mas atrativamente dotado do tino para os negócios, com uma desenvolvida capacidade de argumentação própria dos comerciantes. Em ambos a necessária capacidade de auto-afirmação e independência, para driblarem os preconceitos sociais e raciais em seu movimento para progredir socialmente. Traídos pelo seu éticos de família extensa, tiveram sete filhos – sou o segundo deles - e todos estes filhos completaram os estudos universitários em que pese que tal condição tenha lhes reduzido em muito a capacidade de acumulação econômica.

Ambos a despeito de não terem feito grandes progressos econômicos – meu pai chegou a ser proprietário de algumas fazendas, mas as perdeu em situações de descapitalização – adquiriram posições de liderança política na cidade. Ele líder do seu segmento, dirigente comercial da cooperativa rural, vencendo disputas contra os grandes locais, presidente por vários anos do PMDB da cidade, ela por essa via política, mas por seus valores próprios secretaria municipal de educação por duas ou três gestões. Independência de pensamento, autonomia política, forte senso crítico e autocrítico, exercício de liderança, capacidade de confrontação são alguns dos traços que de uma maneira ou de outra foram assimilados por todos estes sete irmãos, em quantidades e dosagens diferenciadas.

De algum modo, diante da severidade paterna e materna, permanentemente vigilantes para que os seus pimpolhos não lhes produzissem situações de envergonhamentos na comunidade; diante da rigidez ética e moral auto-impostos a si próprios e aos seus na busca da aceitação social, meus pais produziram condições para que todos os seus filhos sejam sujeitos questionadores e críticos, desidentificados com as elites e com o projeto de acumulação capitalistas e com grandes veleidades intelectuais.

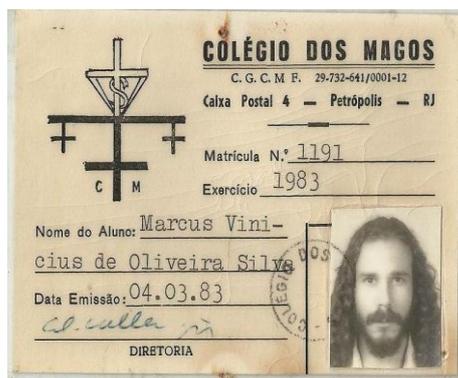
Morei numa fazenda até a idade pré-escolar, quando meu pai nos transferiu para uma casa na cidade. O mundo rural de poucas convivências, basicamente com uns poucos agregados e eventualmente com os visitantes da cidade, marcou a minha sociabilidade observadora e desconfiada. Por um lado identificada com aqueles homens e mulheres simples a quem meu pai dava ordens enérgicas e por outro pelo impacto em tomar contato com a vida intensa da cidade, com seus padrões complexos e exigentes aos quais eu devia me adaptar.

Na tarefa da “racionalização” do mundo da cidade, para torná-lo interno e pessoal, o letramento e os livros surgiram como uma descoberta mágica, fonte de suprimentos da informação que me faltava sobre aquela ordem mecânica da vida da cidade, tão diferente dos ritmos naturais que escandiam a minha vida na primeira infância e fonte que podia ser devorada sem as presenças daqueles outros intervenientes que quando se dirigiam a mim já pressupunham competências e habilidades compreensivas, que eu não havia ainda conquistado.

Tornei-me uma criança um tanto inepta para a busca de relação e um leitor compulsivo. Lia com gosto desde as histórias infantis, mas, sobretudo, as

enciclopédias, principalmente as ilustradas. Desenvolvi um gosto enorme pelas informações históricas. O pretérito das coisas, as formas de expressam das distintas culturas: a Barsa, Conhecer, Lelo, Paraíso Infantil, iam sendo dissecadas solitariamente, verbete após verbete. Estes livros que foram aparecendo, coleção após coleção evidenciando que os meus pais apostavam na cultura como recurso e patrimônio para legar aos filhos. Nunca fui, todavia, um aluno aplicado e as matemáticas eram por demais abstratas para o meu raciocínio. E, de tudo que dependia a memorização, definitivamente eu era um caso perdido.

No início dos anos setenta, em plena vigência do AI-5 e da pacificação oposicionista imposta pelo terror de Estado, as imagens da rebeldia estudantil do fim dos sessenta já não estavam mais estampadas nas paginas semanais da revista O Cruzeiro, através da qual o mundo cosmopolita ritualisticamente visitava a nossa casa aos domingos.



O som do rock e a presença crescente dos cabeludos hippies informava ao meu coração adolescente, naquela calmaria das tardes bucólicas de Sete Lagoas, que havia algo de errado e insatisfatório no mundo que explodia em mim como desacerto, discordância, rebeldia e conflito familiar.

Em 1971, na ultima serie do então ginásial, a minha vida ganharia uma nova dimensão ao ser enviado, nos moldes da época, a um reduto de dissidentes comportamentais: um colégio interno, particular e religioso, nas imediações da cidade de Ouro Preto, meca da expressão contra cultural, dezenas de jovens despojados, roupas coloridas, espalhados nos fins de semana pelas suas ruas, em feiras de artesanatos e outras transações.

Inauguração de outro mundo, novo e ampliado, farto de novas informações culturais, mais sofisticadas do que as do meu mundo anterior, e contraditoriamente, promotor ao mesmo tempo de alienação, critica e autonomia, que me oferecia na voz de alguns colegas de internação, irmãos ou parentes de dissidentes políticos, desaparecidos, mortos ou torturados pelo regime, uma certa noção da gravidade do tempo presente vivido. Nunca mais eu retornaria como morador á casa paterna, nunca mais a minha relação com a autoridade seria a mesma, pois algo se reordenará em mim, expandindo o sentido da vida política e social.

Ano complexo e comprido, iniciava-se ali, eu ainda não sabia, uma experimentação infundável para com a condição “outsider”, uma disposição critica para com a vida e

um enorme vigor para a contestação.

Concluído o ginásial naquela escola cara e sofisticada, a minha busca de manter as conquistas de regime de autonomia e independência em relação aos controles familiares me levaram ao encontro das possibilidades oferecidas pelo ensino técnico federal, através de uma Escola Técnica Agrícola, em regime de tempo integral, com cama e comida garantidos e vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais.

De volta ao mundo mais interiorano, aprofundando as minhas relações com a tradição urbana sertaneja, por três anos vivi no norte de Minas, na terra de Darcy Ribeiro, cidade de Montes Claros. Cidade mineira tradicional, orgulhosa dos seus valores culturais próprios, ciosa da autoridades dos coronéis e suas famílias já decadentes, área do polígono das secas prioritária para a expansão da industrialização selvagem proposta pelos militares, através de tantos projetos da extinta SUDENE, a cidade vivia, naquela primeira metade dos anos setenta as pressões da expansão urbana acelerada, êxodo rural e um curioso hibridismo cultural em que se misturavam varias referências. Dos grupos de seresta, congadas, campeonatos esportivos estudantis com fanfarras estridentes, o footing e o cinema como programas juvenis dos fins de semanas, exposições agropecuárias, uma vida urbana que me parecia mais “atrasada” e mais “original” do que as que conhecia nas proximidades do centro.

Nessa escola, governada por um militar interventor do exercito as memórias da agitação estudantil dos anos anteriores e da repressão política sobre alguns estudantes dissidentes, sobrevivia nos sussurros de alguns raros veteranos e pouquíssimos funcionários, adaptados ao novo regime de trabalho e disciplina. Ao lado de uma excelência do ensino, inclusive das disciplinas do científico, a moradia em alojamentos coletivos; a companhia de quase duzentos estudantes residentes oriundos em sua maioria das pequenas cidades do vale do Jequitinhonha e de todo o norte de Minas; o forte tom da cultura do rural que marca da vocação dos que buscam o ensino agrícola; a intensa convivência com a diversidade de personalidades, valores e referências fez com que aqueles anos, naquela casa, eu me fizesse algo do homem que sou.

Algo da minha compreensão e sensibilidade em relação aos ritmos da vida nas instituições totais são tributarias dessa fase. A minha habilidade para trafegar pelas margens da experiência humana, pelos espaços intersticiais que constituem o mais importante nas dinâmicas da vida institucionalizada, derivam destes três anos em que vivi como morador numa fazenda modelo. De volta aos ritmos da natureza em companhia de duzentos marmanjos.

Sem parentes importantes ou quaisquer pessoas conhecidas como referência naquela cidade, a condição de ser um adolescente inquieto, com grande desejo de aventuras e por sua “própria conta” conduz o desafio da realização da autoconstrução de uma identidade pessoal, de uma grande circulação outsider pelo tecido daquela cidade. Pela

via de uma não pertença orgânica a nenhum daqueles sistemas e podendo circular desde os espaços bregas e populares até penetrar numa festa numa casa de algum bacana, apesar de muito tímido, no encorajamento daquele grupo sem raízes pude desbravar o “social” não como se ele fosse vida, mas com o estatuto de “coisa”.

Em Montes Claros, curiosamente, naquele espaço escolar e de moradia, se esboça um movimento de subgrupo no qual me incluo que busca se diferenciar pela eleição de uma certa via intelectual como forma de afirmação cultural distintiva da media, naquele espaço que tinha no seu cotidiano, como afirmei, tantas dimensões de uma instituição total.

Diferenciações do gosto musical que incluía além da obrigatória MPB Cult e de protesto, o rock progressivo inglês, o pop americano com o seu sotaque negro e latino americano, além da musica de raiz do folk brasileiro. Tal como nos presídios o radio era uma companhia inseparável A aquisição de capital cultural, como propõe Bourdieu, aparece naqueles anos formativos como um recurso de superação e de ascensão a uma condição de superioridade e distinção social.

Um equipamento publico como a Biblioteca do SESC de Montes Claros fez para mim, naquele momento uma inimaginável diferença e ajudou a definir a minha trajetória. Aquele já existente amor pelos livros e crença no recurso da leitura, herdados da avo materna, possibilitou que o mundo da literatura se descortinasse como uma potencia para interpretação das minhas confusas experiências, e os tempos lentos daquele cotidiano institucional foram ocupados com infindáveis horas de leitura.

Apenas como referencias permito-me recordar de ter consumido naqueles três anos toda a obra do romântico alemão Herman Hesse com os seus orientalismos interiorizadores, de ter conhecido por completo o admirável Frans Kafka em sua insatisfação com a falta de sentidos do mundo burguês, de ter apreciado os realismos fantásticos do Garcia Marquez, do Borges, dos brasileiros Murilo Rubião e JJ Veiga, de ter me aproximado da complexa filosofia pessimista do Schopenhauerismo e da confusa filosofia do Zaratustra do Nietzsche, de ter me feito mais nordestino com o Graciliano Ramos, com o Ariano Suassuna e de ter me iniciado nos assuntos do povo, da sensualidade e da política, devorando as obras completas do Jorge Amado.

Tenda dos Milagres e Capitães de Areia ofereceram para mim, naquele momento, o vislumbre interpretativo da realidade proibida em que vivíamos sob a ditadura militar. Informaram-me sobre os caminhos possíveis da organização política do povo, sobre as greves, os sindicatos, sobre a resistência política e cultural, enfim me abriu para abusar as outras memórias revolucionárias, como as do Cárcere, do Graciliano. De tal modo essas leitura foram significativas que atribuo a elas a decisão de, quase duas décadas depois, me transferir para a Bahia, onde já vivo há vinte anos.

Em janeiro de 1975 fiz o meu primeiro vestibular com vocação psiquiátrica. Vestibular para Medicina, para fazer Psiquiatria. Entre tantas possibilidades de entendimento dos porquês dessa escolha, certamente a conjugação geracional da divisão binária do mundo entre “malucos” e “caretas”; entre os “loucos” que questionavam o sistema e os “alienados” que nem se davam conta das coisas e as experiências com os psicoativos - canábis e cogumelos alucinógenos colhidos nos pastos da fazenda da escola agrícola - ressignificaram positivamente para nós o tema da loucura.

A idéia elitista e pretensiosa que fazíamos parte da existência de um grupo de “raros”, de sujeitos especiais, os “cabeças” e o acolhimento obtido no seio daquela micro comunidade, meio marginal dos que ousavam fumar maconha em praça pública e andar em bandos, com nossa moda pobre e um tanto lumpen, reinventava um estilo e uma identidade e deve ter pesado bastante nessa atração para o estudo da Psiquiatria.

Um certo fascínio pela mente, pelo mental, pelo tema da consciência e da consciência alternativa vindo, já naquele fim de adolescência de leituras tais como o Allan Watts, o Huxley em “As portas da percepção” e de um explosivo contato com A erva do Diabo do Castaneda, talvez possam ser registrados como fontes dessa tentativa de produzir uma fonte de legitimação contestatória do saber oficial da ciência médica sobre o que havia de ser os loucos e sobre o que devia ser feito em relação a eles.

Uma afirmação política do direito à dissidência mental se colocava como uma espécie de um objetivo existencial muito pessoal. Quem sabe, do entendimento do sujeito complexo e com tantas idéias em que eu havia me tornado. Entendimento daquela espécie de ser mutante derivado daquele pacato e simples mundo rural da minha primeira infância, lançado ao mundo complexo da modernização brasileira em plena ditadura militar.

Uma namorada de verão, algo como três ou quatro anos mais velha, cursando o terceiro anos de Psicologia seria quem iria me apresentar a essa possibilidade de formação universitária, como uma via alternativa e como um atalho aos meus interesses. Distinguindo para mim simplificada, a Psicologia da Psiquiatria pelo direito de uso da segunda dos recursos dos psicofármacos, com a vantagem da primeira pelo acesso dois anos mais rápido ao mercado de trabalho sem ter que fazer uma residência, não foi difícil que ela me convencesse a mudar de opinião. E ademais não se tratava efetivamente de uma vocação médica e muito mais psiquiátrica, com as vantagens adicionais de um vestibular muito mais acessível.

E efetivamente já no segundo semestre de 1995 eu me encontrava matriculado como aluno do curso de Psicologia, em uma faculdade particular – o então Instituto Newton de Paiva, de ensino noturno, na cidade de Belo Horizonte, cidade na qual tinha me transferido desde o início daquele ano, para fazer o cursinho preparatório.

Minha militância política: aspectos formativos

Belo Horizonte, a interiorana e moderna capital de todos os mineiros, representação do mundo cosmopolita e arena na qual deveriam ser provados os valores e capacidades, representou o início da minha vida adulta e da minha expressão política. Inicialmente retornado à condição insuportável de dependência econômica familiar, 18 anos já completados, mais do que a Universidade, tive como metas obter um emprego para tocar a minha vida segundo as minhas crenças num registro de autonomia e independência. Corretor de seguros por um breve período logrei conseguir um emprego como bancário e já na primeira campanha salarial, lá estava eu em 1976, na assembleia geral, com o microfone nas mãos tremulas, defendendo contra os pelegos da direção, uma proposta de dissídio, contra o péssimo acordo que era proposto. Virei militante sindical.

Como tentativa de controle e neutralização fui convidado pelo Sindicato, e para o espanto de meus colegas de trabalho, aceitei em fazer parte de uma Comissão de Mobilização, que foi o embrião da oposição sindical que no início dos oitenta iria ganhar aquela sindicato. Na Faculdade que ingressei rapidamente constatei que o regime era escolar, burocrático e politicamente irrespirável. Apenas na minha turma contava-se a como alunos matriculados a presença de cinco agentes militares, das diversas esferas da repressão, fazendo tal condição parte da política do proprietário da faculdade para estar bem com as autoridades e delas obter favorecimento.

Busco então uma transferência para uma outra escola a FUMEC, que ainda que fosse igualmente paga e noturna, tinha natureza comunitária e não confessional. Essa nova escola tinha clima intelectual e político dos mais arejados para a época e guardava em sua memória social o fato de que alguns anos antes tinha sido espaço de uma experimentação de Intervenção Analítico Institucional de ninguém menos do que George Lapassade.

Sentindo-me à vontade, fui acolhido e valorizado por minha condição de já ser um militante sindical e já no semestre seguinte integrei a direção do Diretório Acadêmico da Psicologia, em um momento em que reconstruíamos os processos da agitação estudantil. E em julho de 1977, tive o meu batismo nas ruas nos enfrentamentos com a repressão, durante a tentativa de realização do III ENE – Encontro Nacional de

Estudantes, quando quatrocentos de nós fomos detidos e nessa seqüência se intensificando as participações na construção dos Comitê de Luta pela Anistia e seus atos públicos memoráveis.

Em 1978 saio do Banco, o trabalho detestável no miolo do capitalismo, burocrático e sem vida que, além de tudo, me exigira corte dos cabelos longos e uso da gravata. Consigo uma vaga como professor do ensino fundamental da rede publica estadual na disciplina profissionalizante de Práticas Agrícolas e no inicio de 1979, consigo outra vaga da mesma matéria na rede municipal de Ensino da Cidade de Contagem. Os sacrifícios dos anos de escola técnica iam afinal servir para alguma coisa.

A esta altura eu já estava organizado politicamente em uma facção trotskista, extremamente ativa, o que foi uma grande escola, teórica e pratica, acerca dos processos, métodos e técnicas de organização política. Ali posso dizer que me forjei como um militante e pude fazer estudos sistemáticos e aplicados dos textos de Marx, Lenine e Trotski, além da vivência organizativa do centralismo democrático, que pode oferecer continência política para a minha disposição à rebeldia e contestação.

Assim desde os fins de 1978, havíamos iniciado uma frente que reproduzia e o espectro das organizações de esquerda da época, num trabalho político de organização do movimento do magistério da rede publico e em maio de 1979 deflagramos a primeira grande greve que envolveu amplamente a sociedade mineira e que como produziu a UTE União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais e a APC - Associação de Professores de Contagem, entidade que me coube presidir e organizar o seu funcionamento de 1979 até 1983.

Em julho deste ano, em função dos enfrentamentos com a Prefeitura Municipal de Contagem, na condição de celetistas que presidíamos uma entidade civil de representação, fomos demitidos como forma de retaliação política aos processo de mobilização em defesa dos direitos da categoria profissional. De 1982 a 1984 ocupamos ainda o cargo de Diretor da União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais, celeiro de tantas lideranças políticas daquele estado e do pais. Em 1980 em função da minha atividade sindical e liderança na segunda greve geral do magistério mineiro fui submetido a um IPM - Inquérito Policial Militar que resultou num processo como incurso na Lei de Segurança Nacional, no qual fomos absolvidos.

Neste período, a partir da militância sindical, a temática da Educação ganhou para mim uma grande dimensão, criando a oportunidades de participação dos principais fóruns existentes na época. Radicalizando como uma opção política revolucionária fui viver no Bairro Industrial em Contagem onde residi por três anos na comunidade operária onde funcionava a escola que eu lecionava. Dessa aproximação com o universo da cultura popular, resultou a minha participação nos então chamados “movimento de bairros” com ênfase nas discussões sobre saúde, transporte e educação e

mais episodicamente no Movimento contra a Carestia. Conseqüência quase inevitável naquela época ajudei a construir o PT – Partido dos Trabalhadores, tendo integrado como suplente na composição do primeiro Diretório Estadual

Da mesma forma, desde essas entidades recém criadas abriram-se para mim as perspectivas de uma intensa participação nos principais processos que envolveram os debates sobre os processo de reorganização do movimento sindical brasileiro. Participante ativo da Intersindical Mineira me envolvi na época com a convocação da I Conferencia Nacional pelos Sindicatos Livres, participei do ENTOES – Encontro Nacional de Oposição à Estrutura Sindical, da Conclat - Conferencia Nacional das Classes Trabalhadoras e fui um dos delegados presentes no Congresso de Fundação da CUT – Central Unica dos Trabalhadores.

Desempregado como professor em 1983, pai solteiro de uma filha de menos de um ano e fazendo parte de uma lista de lideranças proscritas para os quais a obtenção de novo emprego tornava-se extremamente difícil, restava para mim buscar dar consistência a uma incipiente carreira de psicólogo.

A Psicologia e a Saúde Mental como espaços de militância.

A minha graduação em Psicologia foi cursada num período ingrato para a exigência de concentração que os estudos reivindicam, pois a vida política fora da Universidade, naqueles tempos da reconquista da Democracia nos convocava à participação, à rebeldia, solicitando a nossa disposição militante e coragem juvenil. Generosos e até certo ponto ingênuos em relação ao poder destrutivo da violência do aparato repressivo – minha lista de citações obtidas no Arquivo Nacional, através de habeas data, soma mais de trinta paginas em quase duzentas citações – os corredores da Faculdade eram mais atrativos do que acontecia nas salas de aula.

Posso dizer que tive uma grande sorte de encontrar naquela Faculdade, corredores fecundos capazes de produzir uma orientação intelectual de grande consistência. Ao lado da sólida formação política recebida na organização em que eu militava, a partir do contacto com os textos clássicos do marxismo, pude freqüentar um grupo de convivência social, em que dois mentores, uma jovem professora versada em Foucault, Laçam e Barthes e ele um medico, já mais velho, marxista, cassado pela ditadura, com as memórias militantes da geração que nos antecedia, ao mesmo tempo em que

dividiam conosco certos prazeres ilegais, nos incluíam em alguns dos mais importantes debates intelectuais da época tal como aquele sobre o lugar dos estruturalismos e suas relações com o marxismo, no panorama político da época.

Assim, como uma espécie de contraponto para uma Psicologia tecnicista, psicotecnista, normalizadora, que se ensinava na época - e se ensina ainda, infelizmente – pude sustentar uma curiosidade pela psicolinguística, pela arqueologia e a genealogia como métodos de interrogação sobre o conhecimento, sobre as leituras dos freudo-marxistas, incluindo Reich, entre outras influências.

Por minha conta e risco ficaria registrado o meu encontro por acaso com a Antipsiquiatria, definida como a principal literatura psicológica consumida por mim na graduação. Li á época, praticamente tudo que se encontrava traduzido, muitas vezes li em edições portuguesas e aprendi ao espanhol nas edições da Paídos para ler em Foucault, Laing, Cooper, Szasz, Basaglia, Moffat, Castel, Langer a contestação do saber e do poder da Psiquiatria.

Espécie de materialização legitimadora das minhas intuições, essas leituras produziram um profundo efeito de verdade através o processo de sua confirmação social, via da serie de denúncias que vieram à tona na imprensa, em 1979, acerca da realidade dos hospícios mineiros e brasileiros. Mas na ocasião eu já me encontrava agenciado pela militância estudantil e sindical, e minha filiação orgânica a essa temática teria que esperar ainda por uma decantação de pouco mais de meia década para se constituir em um dos projetos centrais de minha existência.

Tendo atrasado a conclusão do meu curso de Psicologia em dois anos além do previsto por conta das militâncias, ao concluí-lo eu não vivia nenhuma premência de uma profissionalização na área. Afinal eu já era um profissional da educação, sindicalista reconhecido e respeitado, militante das causas democráticas, integrado na vida da comunidade onde eu lecionava. Então após a conclusão do curso, iniciei muito vagarosamente um movimento de aproximação da área da clinica psicológica, fazendo um estagio por algumas horas semanais no consultório de uma colega, em Contagem, quem fazia também uma psicoterapia e supervisão, e onde atendia algumas crianças. A demissão dessa condição de professor obrigou-me a ir alem disso.

Dessa forma entre 1983 até meados de 1986 me lancei em busca do tempo perdido nos processo formativos como profissional de psicologia. Haviam muitas lacunas a serem preenchidas. Muitas “formações” a serem adquiridas. Análise pessoal para me acertar com meus fantasmas mais assustadores, treinamentos em praticas clinicas, cursos supervisões e o empreendimento de uma pratica clinica de tipo liberal, mais tradicional impossível. Tempo de se voltar para as questões dos modos de vida, para as aflições mais comuns das pessoas comuns, para o universo da matéria que constitui as singularidades.

Aquela política do partido, dos sindicatos, das manifestações públicas foram deixando de ser o elemento central da minha identidade. Desde 1982 governavam os estados uma oposição que arejava a vida, as diretas como um último grande esforço coletivo havia garantido a Sarney a possibilidade de governar a Nova República. Faz-se para mim um certo vácuo de sentido.

Na falta das adrenalinas, embalado pela condição de pai de uma menina, que me exige compartilhamento de cuidados, volto-me para o feminino e no campo da saúde inscrevo interrogações acerca da Maternidade e do parto. Junto com uma amiga jornalista fundo uma ONG – ainda não era moda como agora - para difundir boas novas sobre o processo de reprodução da vida em suas dimensões mais orgânicas e objetivas. Discutimos a questão do aborto, nos aproximamos das maternidades públicas para confrontar os costumes médicos tradicionais que oferecem riscos e pouco conforto para as parturientes.

A Associação Assistencial e Educacional Grávida foi um centro de orientação e de acompanhamento psicofísico da gestação para mulheres carente, no qual fiz durante cerca de três anos a transição da cena da grande política, onde até então eu participava para uma nova fase das micro-políticas, onde a minha participação se daria a partir da condição de uma autoridade fundada numa competência técnica baseada na minha condição de ser um psicólogo.

Em fins de 1986, já mais confortavelmente instalado na minha nova identidade profissional, com uma certa estabilidade financeira advinda da minha prática clínica liberal – pois afinal o reconhecimento público que eu adquiri granjeou uma boa clientela para o sindicalista que virou psicólogo - fui aprovado em uma seleção pública para trabalhar na FUNED, fundação estatal que contratava servidores para a saúde pública mineira. Como opção retornei por dois anos para a minha cidade natal para prestar serviços na condição de psicólogo – vim, vi e venci, talvez fosse o sentido desse retorno.

De todo modo esse primeiro emprego como psicólogo foi definidor para a minha inscrição política no campo político da saúde, articulador de todo o meu processo de busca de qualificação acadêmica posterior e de uma

intensa participação nos processos específicos da área da saúde mental, vinculando-me definitivamente aos processos da Reforma Sanitária, da Reforma Psiquiátrica e à construção do Movimento Antimanicomial. Toda aquela vocação anteriormente pulsante pode afinal, ganhar um sentido totalizador oferecendo-me uma linha de coerência para a minha condição profissional, onde política e ciência se produzem recusando a sua dissociação.

Apesar de minha condição recente na profissão aqueles acúmulos políticos fizeram a diferença entre os meus colegas, alguns inclusive com mais estrada do que eu, e fui indicado para ser o Coordenador na implantação de um Programa Regional de Saúde Mental, além de acumular no fim do primeiro ano a condição de Coordenador de Recursos Humanos do Centro Regional de Saúde de Sete Lagoas. Tempo da efervescência das formulações da Reforma Sanitária que deveria se inscrever na Constituinte como o Sistema Único de Saúde. Tempo dos debates politizados da VIII Conferência Nacional de Saúde, de implantação da AIS e da nova arquitetura dessa política pública. Efetivamente eu havia encontrado um bom substituto para a causa da Revolução proletária, um espaço de radicalização na defesa da vida. E nele eu embarquei de corpo e alma.

Na busca de qualificação aproveitei os investimentos disponibilizados em minha instituição para realizar dois cursos importantes: um aperfeiçoamento em gestão de recursos humanos em saúde e uma elucidativa especialização em saúde mental, que consolidam a minha vocação para uma atuação nessa área. E enquanto isso esta acontecendo um outro espaço político me atrai, mais pela minha insatisfação com relação ao seu desempenho do que por uma previa identificação das suas

potencialidades como espaço para uma atuação político no seio da minha nova profissão. Estou me referindo às burocráticas e cartoriais estruturas das autarquias Conselhos Profissionais. Ao me aproximar delas eu não sabia que eu estava definindo um outro espaço político no qual, ao longo de quase vinte anos, eu me dedicaria fazer uma importante construção que articularia os meus ideais de luta por cidadania, democracia direitos humanos e políticas públicas.

A militância nas organizações profissionais da Psicologia

A primeira fase do projeto de militância política como profissional na Psicologia foi iniciado com minha entrada na direção do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais em 1986. Nessa entidade fui por dois anos vice presidente e nos ocupamos em promover as transformações administrativas necessárias para dinamizar o seu funcionamento e introduzir processo de mobilização dos profissionais em torno de alguns projetos. Entre outros, me responsabilizei pessoalmente pela organização da Comissão dos Psicólogos da Saúde Pública e organizei o I e o II Encontro Estadual de Psicólogos da Saúde, buscando vincular essa categoria aos debates da Reforma Sanitária que vivia o seu auge.

Também através do CRP MG organizamos a participação dos psicólogos nos debates iniciais da Reforma Psiquiátrica e envolvemos essa entidade no processo de criação do movimento dos trabalhadores de saúde mental “Por uma sociedade sem manicômios!” pela via do Congresso de Bauru, realizado em dezembro de 1987, do qual fui integrante da comissão organizadora e posteriormente integrei a Coordenação Nacional até 1999. Ainda em 1999 participei em Juiz de Fora de um evento promovido pelo mandato parlamentar do Deputado Paulo Delgado, ocasião em que foram estabelecidas as diretrizes do projeto de lei da Reforma Psiquiátrica, que após dez anos de tramitação no congresso foi aprovada como a lei 10216 de 2001 que “dispõe dos direitos dos portadores de transtornos mental”. Do período recordo-me ainda ter representado essa entidade na primeira gestão do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.

Em dezembro de 1988 por indicação do meu Conselho Regional ocupei pela primeira vez um mandato tampão, de um ano na direção do Conselho Federal de Psicologia. Nesse período, na condição de secretário geral fui responsável por liderar uma iniciativa institucional de promover a aproximação das burocracias dirigentes dos Conselhos que era majoritariamente composto por posições de centro e de carreiristas de direita com a burocracia existente no movimento sindical dos psicólogos, organizados através de uma Federação Nacional, de composição esquerdista.

A disputa política entre essas burocracias era diagnosticada por nós como um elemento de fragilização para a constituição de uma base social mobilizável para a organização

de um movimento de opinião entre os psicólogos, que a esta altura somavam mais de 50.0000 profissionais. Após a minha experiência no processo de reconstrução do movimento sindical mineiro e brasileiro esses objetivos pareciam de certo modo até diletantes.

Havia um enorme déficit de participação e uma imensa despolitização do campo profissional. A militância de esquerda dos sindicatos apresentava-se de forma arrogante e inclusive hostil à media dos psicólogos, numa perspectiva vanguardista e pouco atrativa. A nossa tática de promover a aproximação das entidades foi bem sucedida e resultou na organização, ao fim do ano de 1989, do I Congresso Unificado dos Psicólogos, com a participação de delegações eleitas na base, em eventos regionais, cumprindo o papel de aprofundar o movimento de democratização institucional do Sistema Conselhos de Psicologia, atraindo para a sua orbita as forças mais progressistas.

Com duração de pouco mais de dez anos, essa primeira fase teve como objetivo estratégico principal a conquista da direção da autarquia federal Conselhos de Psicologia, para a produção das transformações institucionais necessárias, que visavam a sua conversão de organismo cartorial à condição de uma entidade democrática e politicamente comprometida com as causas da cidadania, capaz de referenciar os seus profissionais e a sociedade numa perspectiva progressista.

Ao me transferir para a Bahia em 1990 para cursar o mestrado, me afastei da minha entidade de origem, mas me mantive vinculado a algum companheiros que tinham feito parte da iniciativa do congresso unificado, organizando um pólo para uma intervenção futura naquela entidade. Em 1993, retornei eleito pelo voto direto à gestão do CFP representando agora o CRP 03 - Bahia /Sergipe e ocupei os cargos de vice presidente em 1993 e o de presidente em 1995. Construindo a difícil tarefa da reestruturação política da entidade, com as reformas de seus estatutos para incluir uma dimensão congressual como sua instancia máxima, organizamos o Processo Constituinte da Psicologia mobilizando um debate sob o processo de organização política da profissão.

Vitorioso esse processo que seguiu e segue ainda em aperfeiçoamento podemos afirmar que a categoria profissional dos psicólogos tem, entre todas, a mais democrática estrutura de gestão dos seus Conselhos e mais progressista agenda política em execução, a despeito da elevada despolitização média dos profissionais. Nestes vinte anos criamos efetivamente uma base social para essa entidade, que tem lhe possibilitado a convocação e mobilização de uma importante franja progressista da categoria, constituída a partir da presença dessa profissão, tornada possível, no âmbito das políticas publicas, desde o novo patamar de direitos viabilizados pela constituição de 1988.



Através do movimento “Um conselho para cuidar da profissão”, vitorioso numa disputa eleitoral e na condição de secretário geral da entidade, identificamos o nosso objetivo como um esforço para a produção de uma torção ideológica e política, contra hegemônica, capaz de interferir na configuração social da psicologia como ciência e profissão. De alguma forma aqueles sonhos e projetos críticos que tinham estado presentes em minha militância estudantil relativamente às discussões sobre as propostas de reformulação curricular, ou do que imaginávamos que poderia ser essa profissão num viés mais crítico e politizado, retornava agora com uma possibilidade concreta de intervenção.

Reconhecido pelos meus companheiros, como uma liderança com boa capacidade de formulação estratégica, tive uma rara oportunidade de, ao lado dos mesmos, nos dez anos que se seguiram, até o ano de 2007, empreender a produção de uma vasta gama de projetos políticos e liderar pessoalmente vários deles.

Experiências específicas com Direitos Humanos e Políticas Públicas

Nos últimos 20 anos posso dizer que estive envolvido fundamentalmente em dois grandes projetos, com muitas intersecções entre si e com vários desdobramentos e possibilidades de aprendizagens. A saúde em geral e a saúde mental especificamente e o processo de produção de uma reconfiguração social da profissão de psicólogo.

Uma intervenção com centro na ação das entidades profissionais e outra com eixo na construção de um movimento social que em sua versão mais atual tem no protagonismo político dos usuários dos serviços de saúde mental a suma versão mais radical.

No âmbito dos objetivos estabelecidos para o avanço da consciência política dos psicólogos como grupo profissional e para uma intervenção auto crítica em relação a sua ciência fui o proponente e organizador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do conselho Federal de Psicologia, inspirada na congênere existente na OAB e no mesmo movimento da criação da comissão legislativa na Câmara dos Deputados. Durante dez anos essa Comissão desenvolveu um intenso programa publico que fez dela, uma das mais importantes referencias hoje no Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Da mesma forma sou reconhecido como o responsável pela introdução da agenda de debates sobre as Políticas Publicas no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia respondendo pela criação do Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas conhecido pala sigla CREPOP, respondendo também pela criação das suas metodologias de investigação das praticas profissionais com vistas à produção de referências orientadoras da ação dos psicólogos no interior dessa políticas.

A minha vida acadêmica...

Como já afirmei, desde o meu retorno, na busca de uma maior organicidade intelectual redefini o eixo principal dos meus interesses acadêmicos, político e pessoais, torno do tema “Desigualdade Social e Subjetividade”, por perceber ai, uma dupla possibilidade. Primeiro, porque este tema me oferece uma localização estratégica, desde o ponto de vista político, em relação ao que considero a questão central e mais enigmática para todos os que tem compromissos com a produção das transformações urgentes da sociedade brasileira. Segundo porque efetivamente ao tratar das articulações teóricas das “dimensões subjetivas” que se lhe associam, estaria na busca de fazer uma contribuição, desde o campo disciplinar especializado ao qual me dediquei ao longo da vida, lançando luz a um conjunto de aspectos que muitas vezes ficam invisibilizados pelas analises de ênfase mais estruturais e objetivistas.

Na busca da materialização dessa direção, isso significou substantivamente negociar o meu credenciamento como docente colaborador no Programa de Pós Graduação de Psicologia da UFBA, onde tenho feito uma oferta anual - já em sua terceira versão – de uma inorgânica disciplina intitulada “Exclusão Social e subjetividade” onde, com a tolerância dos colegas tenho manejado algumas referencias teóricas pouco tradicionais para os psicólogos, tais como Norbert Elias, Louis Dummont, Robert Castel, Axel Honnet, Pierre Bourdieu, Jesse Souza, José Maurício Domingues, que ponho a dialogar com uma incipiente psicologia social brasileira que tem se interessado por investigar aspectos da vida subjetiva das classes populares.

Na mesma direção, a convite da colega Bader Sawaia da PUC/SP passei a integrar um Grupo de Trabalho sobre “Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdade Social da ANPEP – Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Psicologia.

Fruto deste tipo de colaboração, nas duas primeiras edições da Jornada de Psicologia Sócio Histórica da PUC que discutiram o tema Desigualdade Social, tive a honra de ser convidado como debatedor nas suas conferências inaugurais.

Mais especificamente, como um dos pontos mais importantes para o desenvolvimento e ancoragem dos meus projetos de estudo em torno deste tema da Desigualdade Social Brasileira gostaria de destacar o processo de colaboração que iniciamos com o Prof. Jesse Souza, titular de Sociologia da UFJF, que lidera hoje um dos mais fecundos grupos de pesquisa sobre o tema.

Tendo me aproximado da sua obra durante o meu doutoramento, sobretudo a partir dos meus interesses em torno do estudo epocal da Modernidade, tenho acompanhado e estudado com grande interesse a sua produção sobre a questão da desigualdade e, em fins de 2007, essa relação resultou na organização conjunta de um evento investigativo “Democracia e Subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos” e na edição, este ano, de uma publicação co-organizada por nós dois, de mesmo título.

Estes esforços adaptativos da inscrição acadêmica dos meus interesses, nem sempre convencionais do ponto de vista disciplinar da Psicologia, também se fizeram presentes na estruturação de um espaço acadêmico da Pesquisa, através da criação oficial e coordenação, ainda no antigo Departamento de Psicologia da FFCH/UFBA, hoje Instituto de Psicologia da UFBA, do LEV – Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental, onde situei o grupo de Pesquisa de mesmo nome, inscrito e certificado há quatro anos, sob minha liderança, no Diretório do CNPQ e que vem trabalhando em duas linhas de pesquisa.

A escolha da categoria “vínculo” como eixo de ancoragem teórica e temática do Laboratório, se deu, por um lado, pela necessidade de nossa identificação como um grupo vinculado com o campo da Psicologia Social, no qual, todavia, ela não figura com muito destaque ou importância. Por outro lado essa categoria permitia uma problematização das abordagens dicotômicas que opõe “indivíduo x sociedade”, situando-se epistemologicamente num espaço interdisciplinar e intersticial do diálogo ausente entre a Psicologia com a Sociologia e que se expressa sintomaticamente, de forma prática, através da presença cada vez mais freqüente do designativo “psico-social” como qualificador das abordagens de projetos de intervenções sociais.

Assim, como principal vantagem ela nos permitia uma incidência prática na análise de certas problemáticas de natureza política que se encontram associadas com certos processos de produção das chamadas “vulnerabilidades sociais”, pela via da “desfiliação”, ao mesmo tempo em que nos permitia também colocar em discussão as “tecnologias de gestão dos riscos sociais”.

A associação específica com o campo da Saúde Mental visou expressar aquele setor

onde a minha trajetória profissional adquiriu maior visibilidade e reconhecimento público, ainda que do meu ponto de vista esteja um curso um nada fácil processo de migração, político e intelectual, em busca de uma redefinição dos meus objetos de interesse. Nesse sentido ganha destaque a realização do Seminário de Extensão aberto á comunidade, produzido pelo Grupo de Pesquisa, em 2008, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e que teve como tema “Exclusão e Subjetividade: a produção dos riscos sociais e fragilidades vinculares” em 05 sessões apresentadas pelos integrantes do grupo de pesquisa, como atividade de consolidação do marco teórico e organização das revisões bibliográficas até então realizadas.

O preço principal deste tipo de arranjo temático tem sido a dificuldade de obtenção de financiamentos junto às agências, dado a inespecificidade das nossas demandas, junto aos comitês assessores da Psicologia, da Saúde e das Ciências Humanas, não obstante a nossa perseverança em nos apresentarmos aos editais. Isso não tem impedido que mantenhamos bastantes ativas as nossas atividades de iniciação científica, onde, em que pese o reduzido numero de bolsas do PIBIC, somente uma anual, temos contado sempre com um significativo grupo de interessados, oficialmente inscritos nesse programa como voluntários. Alguns destes, mesmo depois de formados se mantêm vinculados ao grupo como assistentes de pesquisa e co-autores dos artigos que ora temos submetido para publicação. Além disso, o LEV é espaço de articulação das atividades de pesquisa dos projetos de dissertação dos alunos do Programa de Pós Graduação, que estão sob minha orientação.

A luta por uma torção politizadora da Psicologia, com ciência e profissão, em direção á produção de um compromisso social da mesma para com as necessidades efetivas da população, que caracterizaram a minha militância profissional no campo das instituições de representação política dessa categoria, puderam se expressar de modo mais ativo na minha pratica docente após o meu retorno do doutorado, há cerca de seis anos atrás. Assim ao lado do esforço para a introdução de novos campos e novos conteúdos temáticos no processo formativo, alguns deles empreendidos por mim primeiro como militância, para só depois serem sistematizados para a atividade docente, venho desenvolvendo uma intensa reflexão sobre a minha pratica pedagógica, num processo de critica e auto critica ao caráter escolástico das cátedras que ainda impera rançoso, na maior parte das nossas atividade de ensino.

Premido, na minha instituição, por uma escolha entre aulas magistrais que localizam o aluno como ouvinte passivo ou aulas que reproduzem as leitura comentadas e maçantes de textos ou a desresponsabilização docente através da delegação aos alunos para a apresentação de banais seminários de entretenimento, tenho buscado me implicar com uma pedagogia da autonomia que localize os estudantes como sujeitos do processo de construção do conhecimento, desenvolvendo para mim, mais do que um lugar de transmissão, uma posição do estratégia pedagógico, que deve criar as possibilidades e situações objetivas da exposição dos alunos aos campos problemáticos

capazes de mobilizar e gerar os movimentos através dos quais o conhecimento se torna possível e pode ser sistematizado e apresentado.

Fruto das minhas vivências na clínica com portadores de transtorno mental grave, onde essa questão da autonomia se coloca como uma aposta radicalizada tenho construído para mim que os estudantes são o principal recurso dos processo de sua autoformação e da formação dos seus colegas e que eles precisam ser investidos desta condição. O que exige como disse um auto grau de investimento por parte do tutor, na definição dos objetivos de conhecimento legitimáveis junto aos mesmos, uma geração de oportunidades de exposição praticas dos mesmos à situações propiciatórias e auto grau de acompanhamento e controle por parte da coordenação.

Como professor da Graduação, assumi como disciplinas principais, a Psicologia da Saúde e Seminários Interdisciplinares II. Na primeira, em função do mandato acadêmico do doutoramento em Saúde Coletiva pude imprimir efetivamente uma perspectiva interdisciplinar, com ênfase numa articulação problematizadora das relações entre saúde e subjetividade e forte acento no desempenho pratico dos profissionais de psicologia frente às necessidades da população no âmbito do Sistema Único de Saúde e das políticas publicas do setor.

Do ponto de vista pedagógico, apesar do reduzido espaço para a construção de uma atividade pratica na disciplina, organizei um processo de abordagem social, que

oferecia aos alunos uma rara oportunidade de deslocamento para regiões periféricas da cidade, para a produção de um diagnóstico in loco rápido das necessidades de saúde de uma comunidade situadas no entorno de algumas unidades de saúde previamente selecionadas.

E que lhes permitiria igualmente uma investigação e um questionamento acerca das significações da saúde atribuídas pela população e seu confronto com os saberes especializados, aliado a uma caracterização daquela unidade e das dificuldades típicas do seu funcionamento, lhes exigindo ainda uma compreensão dos processos de trabalho em saúde ali desenvolvidos, inclusive as relativas às temáticas gerenciais, concluindo com avaliação da satisfação da clientela dos serviços oferecidos e investigações sobre o processo de controle social.

Porque este momento para mudar?

Neste momento estou completando dezessete anos de atividade como docente na Universidade Federal da Bahia e, entre alegrias e tristezas, no ano passado tive pela primeira vez um espaço físico, uma sala em meu local de trabalho, para instalar nosso laboratório de pesquisa e extensão. Também no ano passado o nosso antigo Departamento de Psicologia emancipou-se da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, adquirindo a condição de unidade autônoma como Instituto de Psicologia.

Nos últimos seis anos, desde que voltei do doutorado, em doze formaturas, fui agraciado com a condição de Parainfo das turmas, em seis delas e em outras duas fui professor homenageado, o que significa que sou reconhecido e querido pelos meus alunos. *Fui credenciado pelo Programa de Pós Graduação, obviamente com um grande esforço de adaptação da minha parte às linhas de pesquisa oficiais do mesmo, e, em igual medida, boa disposição dos meus colegas em promover a minha integração a despeito do caráter anormal dos meus interesses em relação ao standard da pesquisa em Psicologia.*

Liderei até recentemente um vigoroso projeto de estágio e extensão, que ora segue em menor escala, no qual supervisionei diretamente, em pouco mais de cinco anos, quase cento e quarenta alunos de Psicologia e Terapia Ocupacional em treinamento profissional, num programa desenvolvido junto a um pequeno hospital público, iniciativa com grande impacto assistencial e cultural, na rede de serviços de saúde mental da cidade de Salvador. Até dois meses atrás e desde o início do governo atual, desenvolvi uma frustrante atividade de assessoria à SESAB - Secretaria de Estado de

Saúde da Bahia, para a elaboração da Política Estadual de Saúde Mental, que deixou como saldo positivo um documento de orientação com as principais propostas para a efetivação do que é necessário se fazer. Que o Governo venha adotá-lo é a razão da frustração. Em março do próximo ano o meu coletivo de militância na Luta Antimanicomail o NESM - Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios estará completando vinte anos de atividades ininterruptas, desenvolvendo ações de mobilização e formação no campo da luta pela Reforma Psiquiátrica.